



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

É com prazer que venho à Academia de Ciências Sociais para um encontro entre colegas, que certamente compartilham comigo o que há de fascinante no trabalho de analisar os movimentos da sociedade.

O objeto de nossos estudos sempre revelou paradoxos e contradições que, no mundo contemporâneo, talvez se tenham acentuado ainda mais.

Uma das primeiras lições dos mestres clássicos das Ciências Sociais é a de que o cerne de nossa atividade científica está na compreensão das razões e do sentido das mudanças e, ao mesmo tempo, na advertência sobre o risco de fazer previsões.

Aprendemos que o inesperado é parte necessária da realidade.

Falar do futuro é difícil, porém indispensável, pois, sem entender as tendências e as perspectivas de como as sociedades caminham, ficaremos desarmados para tentar, pela ação humana, transformá-las na direção de soluções mais justas e equânimes.

Na linguagem da Sociologia, não há mais atores sociais que sejam “donos” da utopia, exatamente porque os problemas atuais afetam a humanidade como um todo.

Vim falar do papel futuro do Brasil e da China num momento em que ocorre uma aceleração da dinâmica da história contemporânea.

Nossa capacidade de antecipar o futuro foi duramente questionada na última década, porque ninguém conseguiu antever com clareza a cadeia de eventos que levaria ao fim da Guerra Fria.

Hoje, uma das poucas certezas que podemos ter quanto ao futuro é a de que tudo vai mudar. E mudar rapidamente.

A História revelou, não sem certa dose de ironia, que o conceito de “revolução permanente” tornou-se uma realidade incontestável, mas com novos contornos: a “revolução permanente” deslocou-se da dimensão política para a tecnológica.

Não que endosse a noção dos que, no campo político e dos valores, apregoam o fim da História. Não hesitaria, contudo, em identificar no processo científico-tecnológico o verdadeiro motor da “revolução permanente”, que tem condicionado os modos de produção e até as formas de organização social, com impacto sobre a vida política das nações e sobre a comunidade internacional.

Se, por um lado, a mudança permanente nos traz angústias e incertezas com relação ao futuro, por outro abre janelas de oportunidade inequívocas.

Não podemos deixar que o ritmo das transformações nos desorienta. Não podemos nos esquecer de que, em última instância, é a “arte da Política”, em sua acepção clássica de articuladora de soluções que serviam ao bem comum, que comandará os caminhos da verdadeira revolução social.

A idéia do progresso, que foi um elemento central da psicologia coletiva de nossos antepassados, continua válida, só que, agora, deve ter alcance mais abrangente. Porque, ao desejo do simples progresso material somaram-se outras dimensões, como a da ética, a da justiça social e a ecológica.

O cenário que antevejo para os próximos anos dá margem, assim, a uma visão otimista, pois continuo a acreditar na possibilidade do desenvolvimento da humanidade, do controle do homem sobre seu destino, da capacidade de estabelecer formas mais justas de organização

social. E esse otimismo se reforça quando considero o potencial da China e do Brasil.

Não que o caminho para o desenvolvimento seja fácil ou que inexistam fortes constrangimentos internos e internacionais para o crescimento sustentado de nossas economias.

A grande lição do presente é a de que temos de preparar nossas nações para a “permanência da mudança”, e isso é um desafio complexo para países como o Brasil e a China. Porque nossos países, com grandes massas territoriais e populacionais, são como transatlânticos: para mudar de rumo, precisam mais do que a vontade ou a força dos motores; precisam também de tempo. E o tempo tornou-se um bem cada vez mais precioso e escasso.

O Brasil e a China têm de enfrentar o desafio da permanência da mudança de forma criativa, aberta e ágil, num diálogo permanente entre seus governos e suas sociedades, pois disso depende o êxito dos processos de modernização que estamos empreendendo.

Apesar de nossas diferenças culturais e da distância física que nos separa, somos países que têm identidades concretas e interesses comuns a defender no concerto das nações.

O primeiro traço que nos une é o fato de que somos países em desenvolvimento. Nossos povos aspiram legitimamente a melhores condições de vida.

Mas, dentro do universo dos países em desenvolvimento, pertencemos a um grupo reduzido de nações que combinam grande extensão territorial, população expressiva, uma economia diversificada e de escala. Somos também pólos de dinamismo econômico em nossas regiões, temos uma presença comercial de caráter global e, mais importante, nossa capacidade de atuação política extravasa a órbita regional para adquirir uma verdadeira projeção mundial.

Os desafios que enfrentamos internamente para promover o desenvolvimento de nossas sociedades complexas apresentam similaridades.

Embora historicamente impulsionados por linhas políticas diferentes, nossos modelos de desenvolvimento têm hoje de buscar soluções para as mesmas questões, como a expansão e a modernização da infra-

estrutura, a superação de disparidades regionais, a criação de empregos em meio a uma revolução tecnológica intensiva em capital, a atração de investimentos produtivos, o fortalecimento do mercado interno, a compatibilização da abertura comercial com o desenvolvimento de parque industrial competitivo e tecnologicamente avançado e, ainda, o problema do inchaço urbano, em razão do êxodo rural.

Mas que não fiquem apenas no plano da constatação todas essas nossas identidades. Ao contrário, elas devem ser uma plataforma a partir da qual se desenhem linhas de atuação no plano externo.

Se, como disse, o desenvolvimento econômico é a nossa mais evidente aspiração comum, temos interesse em que o quadro internacional seja favorável aos esforços que estamos conduzindo internamente, que não lhes imponha obstáculos.

Assim, a defesa de um sistema multilateral de comércio, com regras universalmente aplicáveis, deve ser objeto de nossa ação coordenada.

O Brasil vê como necessidade o reingresso da China na organização que sucedeu ao GATT, a Organização Mundial de Comércio. Nenhuma organização que trate de comércio pode ter pretensões de universalidade sem a participação da China, que é a maior parcela da humanidade.

As regras da OMC devem ser implementadas de forma que evitem que novas formas de protecionismo, associadas ou não a motivações alheias ao comércio, venham a impedir que o comércio internacional exerça sua função primordial de motor do crescimento econômico mundial.

A globalização da economia, somada ao fato de que nossos países passaram a receber grande influxo de capitais externos, nos traz a preocupação de minorar os efeitos adversos da volatilidade de fluxos financeiros de curto prazo.

Nos primeiros meses de meu governo, suscitei o tema, em contatos com líderes do Grupo dos Sete, cuja última Cúpula, em Halifax, deu alguns passos, ainda preliminares, sobre o assunto.

Ao Brasil e à China interessam a estabilidade e a previsibilidade desses movimentos de capital de curto prazo; mas, interessa-nos, sobretudo, receber investimentos externos de longo prazo, que, complementando nossa poupança interna, irão gerar mais empregos e riqueza.

Neste ponto, temos de reconhecer que Brasil e China são em parte competidores, seja por mercados em gamas de produtos em nível tecnológico semelhantes, seja no campo da atração de investimentos e de tecnologia.

Ser competidor, entretanto, não significa estar em posição de rivalidade. Os fluxos de investimentos não configuram um “jogo de soma zero”, pois, como a globalização demonstra, a tendência é acelerar a internacionalização da produção, com as etapas do processo produtivo repartidas entre diferentes países, num movimento sempre crescente de expansão dos fluxos de comércio e de investimentos transnacionais.

Todas as previsões indicam que o comércio internacional continuará a crescer em velocidade maior do que o produto mundial nas próximas décadas.

Por isso, Brasil e China devem intensificar seus fluxos comerciais bilaterais, identificar oportunidades em terceiros mercados e celebrar parcerias industriais e mercantis como forma de aproveitar experiências mútuas nas várias esferas da atividade produtiva.

Tampouco caberia um sentimento de rivalidade na área tecnológica, na qual o Brasil e a China têm procurado desenvolver projetos avançados de cooperação. Mas ainda há muito que fazer nessa área, e espero que essa minha visita possa intensificar a cooperação bilateral nos vários campos em que temos experiências a trocar.

O esforço de articulação de nossas sociedades não se pode limitar à dimensão econômica. Esse é um ponto que julgo de grande importância: se é correto que o fenômeno da globalização, que tem sido complementado pelo impulso da regionalização, encontra na vertente econômica seu principal catalisador, não podemos negligenciar a vertente política desses fenômenos.

A agenda internacional contemporânea no pós-Guerra Fria traz à tona problemas de natureza global que têm a humanidade como objeto e o planeta como campo geográfico de ação. Nessa nova conjuntura, não há mais soluções exclusivamente locais para esses temas. Eventos antes tratados sob a ótica predominantemente nacional hoje ganharam legitimidade internacional.

Isso ocorre, entre outros, na questão do meio ambiente, dos direitos humanos, dos conflitos étnicos e raciais, dos movimentos populacionais, do desemprego, etc.

Pelo peso específico diferenciado que nossos países têm no mundo, é natural que sejamos chamados a assumir responsabilidades internacionais crescentes, às quais deve corresponder uma participação intensa nos processos decisórios nos foros políticos e econômicos.

E isso Brasil e China podem e devem fazer de forma coordenada.

As credenciais do Brasil para uma maior presença externa começam pela tradição de uma diplomacia historicamente voltada para a paz e para o favorecimento da solução pacífica das controvérsias. Vivemos há 125 anos em total harmonia com nossos dez vizinhos sul-americanos.

Sem quaisquer ambições hegemônicas ou veleidades de poder, desempenhamos, em nossa região, um papel que, no terreno político, é visto como “moderador”, de promoção da paz e da democracia, e, no campo econômico, como impulsionador da integração e indutor do crescimento. O verdadeiro renascimento democrático que a América do Sul experimenta nesses últimos anos está na raiz do processo de integração regional, que tem no Mercosul sua face mais conhecida internacionalmente. E esse processo avança rapidamente rumo à integração hemisférica.

Temos sido capazes de atuar no sentido de “construir consensos” nas grandes Conferências das Nações Unidas realizadas na primeira metade desta década, em particular naquelas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) e sobre Direitos Humanos (1993).

Não menos importante, temos contribuído significativamente com as forças de paz das Nações Unidas.

Em suma, temos procurado ter atuação internacional crescente, com base nos valores que o povo brasileiro abraçou e na tradição histórica que nos serve de permanente referência e inspiração.

Temos uma visão própria do mundo, assim como a China. E não poderia ser diferente, tratando-se de sociedades complexas como as nossas, que têm características singulares e trajetória que não se confunde com a de nenhum outro povo. Como disse, embora nossos cami-

nhos tenham sido diferentes, embora estejamos geograficamente em partes opostas do mundo, temos um vasto campo de interesses concretos e comuns a defender internacionalmente. Uma aproximação entre Brasil e China, uma atuação internacional coordenada, sempre que possível, na defesa de nossas visões de mundo e de nossos interesses, trará seguramente maior projeção e peso acrescido àquele que teríamos individualmente.

China e Brasil estão predestinados a ingressar no século XXI como atores internacionais cada vez mais importantes. Que naquele momento estejam juntos, que se conheçam e se respeitem como parceiros que tenham sido capazes de desenvolver projetos bilaterais expressivos e formas de atuação internacional conjunta, é meu desejo.

Para isso, é preciso começar desde já. Para isso vim a este grande país.